



MARCO REFERENCIAL: PARA QUÊ? PARA QUEM?

» GERALDO MAJELA GAUDÊNCIO FARIA

Arquiteto e urbanista, doutor pela Sorbonne e professor da Ufal

A construção e/ou preservação de marcos e monumentos constitui manifestação cultural dos povos. Eles cumprem diversas finalidades. Pode-se, no geral, dizer que eles expressam, como objetos, atos, acontecimentos, paisagens etc uma vontade dominante (e dominadora) de objetivar um sentimento difuso que, para adquirir forma e se fazer presente no espírito da comuna, necessita tomar de empréstimo a forma de algo que preexiste ou a ser criado ad hoc.

Em Maceió, o governo estadual vem desde alguns anos apoiando politicamente e com recursos do tesouro a iniciativa de construção de um "Marco Referencial Turístico" para a cidade no local onde hoje se encontram as ruínas do antigo Alagoinhas, na Ponta Verde. A associação que lá construiu a sua sede, nos anos 1970, foi, depois de décadas de existência, desfazendo-se. Seu patrimônio foi então se degradando sob a ação de diversas forças: pela natureza (mares, maresia), pelo poder público (retomada de áreas públicas ocupadas de maneira imprópria, desapropriação, abandono e descuido), por fim, pelos usúrios (para necessidades diversas, muitas vezes predadoras, ilícitas ou antissociais).

Resultado: o que era referência para duas ou três gerações de maceioenses virou sucata, antro e, finalmente, argumento para o golpe final: a sua demolição. Entretanto, não se trata de demolição para se recuperar dos erros cometidos com a construção feita sobre os esplêndidos e raros recifes de franja que singularizam a paisagem de Maceió, nas palavras da geóloga e professora Rochana Santos, onde reina uma fauna marinha riquíssima e diversa, como atesta a bióloga e professora Mônica Dorigo Correia, ambas da Ufal.

Trata-se da demolição do que lá está, arquitetura modesta, é verdade, irremediavelmente mal cuidada, para substituir por outra coisa, por algo novo, novidadeiro, atração que só as formas inusuais conseguem eficazmente expressar,

por algo que faça estimular a curiosidade e, se possível, certa admiração por suas qualidades. Para isto, ao gosto do mercado, a arquitetura contemporânea tem sido pródiga na criação dessas formas, assim como pródiga têm sido algumas cidades em aproveitar essa propriedade – que certos objetos e estilos arquitetônicos possuem – para gerar essas formas arquitetônicas e urbanísticas, como estratégia de marketing turístico. Virou mania no mundo. Toda cidade quer ter sua arquitetura de "grife", não importa a que custo de construção e manutenção. Arquitetura para cartão postal. Para o trade, parece, não basta a peculiaridade da paisagem local. Para gerar viagens, lucro, calculam os empresários, é preciso forjar o espetáculo: shows, acontecimentos, sensações ímpares, adrenalina, "histórias", paisagens. Atrações, enfim. É preciso dançar conforme a música ou jogar conforme as regras do jogo, diz-se.

Então, vamos criar monumentos e marcos de referência. Já temos vários, praticamente todos mal cuidados, alguns em ruína ou em vias de se tornar. Não vou enumerá-los por falta de espaço. Todavia, o moderno pensamento da sustentabilidade desaconselha obras grandiosas em favor das coisas mais simples, menos dispendiosas e mais "integradas" com a dinâmica do ambiente natural e social. O turista é inteligente e dá valor ao que é correto. Se a intenção do "marco" consistisse tão somente em recuperar a área degradada, devolvendo-a integralmente à natureza, respeitando-se o espírito da ação de reapropriação da área como bem público, teria quem sabe maior impacto e utilidade do que um edifício. Ademais, o encanto de uma cidade não se resume aos seus monumentos, mas à harmonia da sua totalidade como locus de vida social, das calçadas à ausência de esgotos. Maceió precisa mesmo de um marco referencial? Para quê? Para quem? Eis um debate necessário.